Eros Roberto Grau

A ORDEM ECONÔMICA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 (Interpretação e crítica)

20ª edição atualizada



A ORDEM ECONÔMICA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 (Interpretação e Crítica)

© Eros Roberto Grau

1ª ed., 1990; 2ª ed., 1991; 3ª ed., 04.1997; 4ª ed., 10.1998; 5ª ed., 01.2000; 6ª ed. 01.2001; 7ª ed., 01.2002; 8ª ed., 01.2003; 9ª ed., 07.2004; 10ª ed., 06.2005; 11ª ed., 03.2006; 12ª ed., 09.2007; 13ª ed., 08.2008; 14ª ed., 04.2010; 15ª ed., 02.2012; 16ª ed., 04.2014; 17ª ed., 03.2015; 18ª ed., 02.2017; 19ª ed., 2018.

Direitos reservados desta edição por MALHEIROS EDITORES LTDA. Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171 CEP 04531-940 - São Paulo - SP Tel.: (11) 3078-7205 Fax: (11) 3168-5495 url: www.malheiroseditores.com.br

e-mail: malheiroseditores@terra.com.br

Impresso no Brasil Printed in Brazil 10.2022

1227344

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G7740 Grau, Eros Roberto.

A ordem econômica na Constituição de 1988 : (interpretação e crítica) / Eros Roberto Grau. — 20. ed. atual. — São Paulo : Malheiros/Juspodivm, 2023.

368 p.; 23 cm.

Inclui bibliografia e apêndice. ISBN 978-65-5860-005-3

1. Direito econômico - Brasil. 2. Brasil. Constituição (1988) - Crítica e interpretação.

I. Título.

CDU 342.417(81) CDD 343.8107

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito econômico 342.471(81)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo - CRB 10/1507)

SUMÁRIO

NOTA INTRODUTÓRIA À 20ª EDIÇÃO		
Сар	oítulo 1 – ESTADO E ECONOMIA	
1.	O Direito: análise funcional e perspectiva crítica	13
2.	O Estado moderno	14
3.	O Estado até a passagem do século XIX para o século XX	16
4.	Imperfeições do liberalismo	19
	4.1 A liberdade	19
	4.2 A igualdade	20
	4.3 A fraternidade	22
5.	Estado agente regulador da economia	22
6.	(segue)	25
7.	O mercado	26
8.	Calculabilidade e previsibilidade	28
9.	Ainda o mercado	31
10.	(segue)	33
11.	Funções de legitimação e repressão	35
12.	Constituição formal	36
13.	Legitimação da hegemonia do capital; "estatização" da economia; novo papel do Estado; preservação do sistema capitalista; Constituição "progressista"	39
	13a. A desregulação e o neoliberalismo	41
14.	A sociedade brasileira – Constituição e programa de governo	41
15.	O neoliberalismo e a globalização	43
	15a. O declínio do neoliberalismo	46
	15b. Globalização e neoliberalismo	49
Сар	oítulo 2 – ORDEM ECONÔMICA	
16.	Ambiguidade da expressão "ordem econômica"	53
17.	Os sentidos da expressão	58
18.	Ordem econômica/mundo do ser e ordem econômica/mundo do dever-ser	59
19.	O mistério da ordem econômica	61
20.	Ordem econômica – parcela da ordem jurídica	62
21.	Ordem econômica e ordem social	62

22.	Ordem econômica liberal	6
23.	Ordem econômica intervencionista	6
24.	(segue)	(
25.	Contraponto	
26.	Tipos de Constituição	
27.	Constituição estatutária e Constituição dirigente	
28.	A Constituição Econômica	
29.	A Lei Fundamental da República Federal da Alemanha	
<i>30</i> .	A morte da Constituição Econômica	
31.	Inutilidade relativa do conceito de ordem econômica	
32.	(segue)	
PŔ DII	vítulo 3 – AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO ESTADO EM RELAÇÃO AO OCESSO ECONÔMICO; A NOÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA; O REITO ECONÔMICO	
33.	Introdução	
34.	Intervenção e atuação estatal	
35.	Intervenção e regime jurídico dos contratos	
36.	A expressão "atividade econômica"	
<i>37</i> .	(segue)	
38.	Atividade econômica: gênero e espécie	
39.	A expressão "atividade econômica" no texto da Constituição de 1988	
<i>40</i> .	Atividade econômica em sentido estrito e serviço público	1
41.	A multiplicidade dos regimes jurídicos	1
42.	Serviços públicos por definição constitucional	
<i>43</i> .	(segue)	1
44.	(segue)	1
<i>4</i> 5.	Serviço público e Constituição	1
46.	(segue)	
47.	(segue)	
48.	Conceito e noção	
49.	Noção de serviço público	1
50.	Atividade econômica em sentido estrito e regime de serviço público	
	50a. O princípio da continuidade do serviço público	
	50b. Radiodifusão sonora e de sons e imagens	I
51.	Privilégio de serviço público e monopólio de atividade econômica	1
52.	Empresa estatal e concessão de serviço público	
53.	Ainda os vocábulos "intervenção" e "atuação"	1
54.	A classificação das formas de intervenção no e sobre o domínio econômico	1
55.	(segue)	1
56.	Planejamento	1
57	A "axistância" constitucional do Diraito Econômico	1

SUMÁRIO	7

58.	Concepção do Direito Econômico como método	139
59.	Direito Econômico – ramo do Direito	140
Caj	pítulo 4 – OS PRINCÍPIOS E A INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO	
60.	Observação inicial sobre os princípios	143
61.	Os princípios	145
<i>6</i> 2.	Observações de Dworkin	145
<i>63</i> .	Observações de Canotilho e José Afonso da Silva	146
<i>64</i> .	Classificação dos princípios na Constituição de 1988	148
<i>6</i> 5.	A interpretação/aplicação do Direito	150
66.	Interpretação da Constituição	151
67.	(segue)	152
68.	Cânones e pautas para a interpretação da Constituição	153
69.	Não se interpreta a Constituição em tiras	153
70.	As normas-objetivo	154
71.	A importância dos princípios	154
72.		155
	72a. Constituição material e interpretação/aplicação da Constituição	155
73.	Ideologia constitucionalmente adotada	158
74.	NSTITUIÇÃO DE 1988 Introdução	162
<i>7</i> 5.	A ordem econômica na Constituição de 1988	163
76.	(segue)	163
77.	A reforma constitucional	165
78.	(segue)	166
79.	Dúvidas como ponto de partida da interpretação da ordem econômica na Constituição de 1988	168
80.	(segue)	177
81.	(segue)	178
<i>8</i> 2.	As questões propostas	180
83.	Duas premissas	181
<i>8</i> 4 .	Os princípios da ordem econômica na Constituição de 1988	182
		183
<i>8</i> 5.	84a. O caráter prescritivo do Direito e a inconstitucionalidade institucional	105
86.	84a. O caráter prescritivo do Direito e a inconstitucionalidade institucional A dignidade da pessoa humana	
87.	*	184
	A dignidade da pessoa humana	184 186
88.	A dignidade da pessoa humana	184 186 188
88. 89.	A dignidade da pessoa humana O valor social do trabalho	184 186 188 189 191
	A dignidade da pessoa humana	184 186 188 189

8 A ORDEM ECONÔMICA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

92.	A Lei n. 8.884/94: repressão as infrações contra a ordem econômica	19
93.	Ainda o valor social da livre iniciativa – a livre iniciativa e a livre concorrência	20
94.	A construção de uma sociedade livre, justa e solidária	20
95.	A garantia do desenvolvimento nacional	20
96.	A erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais; a redução das desigualdades regionais e sociais	20
97.	A liberdade de associação profissional ou sindical	20
98.	A garantia do direito de greve	20
99.	Os ditames da justiça social	21
100.	A soberania nacional	21
101.	A propriedade e a função social da propriedade	22
102.	Função social e função individual da propriedade	22
103.	As propriedades	22
104.	Função social ativa e poder de polícia	22
105.	Ainda a propriedade e a função social da propriedade	23
106.	A defesa do consumidor	23
107.	A defesa do meio ambiente	23
108.	A busca do pleno emprego	24
	O tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte	24
	A integração do mercado interno ao patrimônio nacional	24
	Princípios gerais	24
	A ordenação normativa através do Direito Econômico	24
113.	Contraponto	24
	Atividades estratégicas para a defesa nacional ou imprescindíveis ao desenvolvimento do País	24
115.	(segue)	25
	Preferência na aquisição de bens e serviços pelo Poder Público	25
	A constitucionalidade da concessão de proteção e benefícios às "empresas brasileiras de capital nacional"	25
118.	Investimentos de capital estrangeiro	26
	A exploração direta da atividade econômica pelo Estado	26
120.	O art. 37, XIX e XX	26
121.	Imperativos de segurança nacional e relevante interesse coletivo	26
122.	Regime de monopólio e regime de participação	26
	O sentido do art. 173	27
	A privatização das empresas estatais	27
	A Emenda Constitucional n. 5/95	27
	A Emenda Constitucional n. 8	27
	A Emenda Constitucional n. 9	27
	A Emenda Constitucional n. 13	28
	Atuação do Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica	28
•	3	

SUMÁRIO 9

130. O planejamento	288
131. Sistema econômico na ordem econômica da Constituição de 1988	290
132. Modelo econômico na ordem econômica da Constituição de 1988	291
133. (segue)	292
134. Contraponto	294
135. A aplicação do Direito	296
136. (segue)	299
137. Eficácia jurídica e eficácia social	300
138. Efetividade jurídica – efetividade material e eficácia	301
139. Efetividade jurídica e eficácia jurídica dos direitos e garantias fundamentais	302
140. Efetividade material e eficácia dos direitos e garantias fundamentais	303
141. Novo contraponto	304
142. O impacto social produzido pela Constituição de 1988	305
143. Doutrina e aplicação imediata dos direitos e garantias fundamentais	306
144. Inconstitucionalidade por omissão	307
145. Mandado de injunção	307
146. Perspectivas de aplicação do texto constitucional	309
147. A origem da Constituinte	311
148. A Constituinte	314
149. (segue)	316
150. As contradições	318
151. As palavras "intervenção" e "controle"	318
152. O controle do poder de controle dos bens de produção	321
153. Ainda a função social da propriedade	321
154. Ainda o planejamento	323
155. O Direito Brasileiro	325
156. A ordem econômica e uma nova realidade social	325
157. (segue)	327
CONCLUSÃO	329
ADENDO	331
APÊNDICE (Constituição Dirigente e Vinculação do Legislador)	335
RIRI IOCRAFIA	3/10